

VAILATI, Luiz Lima. A morte menina. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010., ISBN 978-85-7939-047-0, 362 p.

A proposta inicial de Luiz Lima Vailati era escrever sobre “questões relativas à história da morte no Brasil” (VAILATI, 2010, p. 22), mas as dificuldades inerentes ao tema o levaram a estudar as práticas e representações em torno da morte da criança na sociedade brasileira. O resultado dessa difícil empreitada, para alegria dos que se interessam por conhecer um pouco mais nosso passado, foi publicado pela Alameda Casa Editorial com o sugestivo título *A morte menina. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*¹. A pesquisa foi realizada no departamento de História da USP, sob orientação da professora doutora Maria Helena Pereira Toledo Machado. Vailati não reescreve uma história da morte infantil - o que o leitor tem em mãos é a história da infância em estreito cruzamento com a história da família. Para recuperar a materialidade de práticas sociais relacionadas com a morte das crianças na sociedade brasileira que se urbanizava e modernizava no século XIX, o autor elegeu como fio condutor a temática da “reconstituição dos significados, valores e sentidos que a sociedade brasileira nesse período atribuiu à morte da criança” (p. 22).

Para essa reconstrução recorre a inúmeras fontes, como literatura de viagem, textos eclesiásticos, compromissos das Irmandades, livros de óbitos, textos de medicina, fotografias, cartas e diários. O resultado é um perfil nítido e abrangente de como a sociedade, isto é, o mundo adulto, entendeu a morte da criança. O próprio autor reconhece ser a pesquisa devedora dos estudos clássicos sobre a morte realizados pelas historiografias francesa e brasileira. O texto está organizado em três capítulos, respectivamente: Localizando a morte menina; O gestual da morte menina e O discurso sobre a morte menina. Recolheremos sinteticamente o conteúdo básico do texto para em seguida tecer alguns comentários

Morte infantil

Há uma concepção e uma prática fúnebre específica para as crianças?, pergunta o autor. A documentação aponta para uma divisão dual: a morte adulta e a morte infantil. “*O que fica evidenciado é que a morte da criança, ao exigir uma atuação que lhe é exclusiva, exprime uma concepção na qual é imputada à alma infantil um destino bem diverso das dos demais homens*” (p. 44).

Religiosos e leigos não falam da morte infantil da mesma maneira, o que é confirmado pela terminologia empregada. Nos assentamentos de óbitos usa-se os termos “menor” e “párvulo”, e nos dos compromissos das irmandades “mínimo” e “filho menor”. Um termo muito utilizado pelos viajantes e folcloristas da primeira

metade do século XX é “inocente”, “anjo” e “anjinho”. Estes últimos, muito presentes na sociedade, mas ausentes dos manuais eclesiásticos. Gradualmente, após a criação das Faculdades de Medicina (1932-1934), a questão biológica entra na agenda da sociedade.

Como explicar essas diferentes visões? Quais os motivos que levaram à aplicação de determinadas regulamentações à morte infantil? As determinações presentes nas *Constituições Primeiras da Bahia*, fortemente influenciadas por Trento e pelo V Concílio de Latrão, as *Ordenações Filipinas*, o modelo patriarcal de família, patrocinado pelo Padroado, cada um a seu modo, exerceram influência.

Sabe-se, hoje, que a família patriarcal não foi hegemônica e que a família sacramentada estava longe de se fazer presente no seio das populações das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Uniões consensuais, estruturas familiares instáveis, ausência de um dos cônjuges, mulheres como cabeça de família, legítimas ou ilegítimas se entrecruzavam, (condicionando as posturas em relação à criança e sua morte) distanciando do modelo ideal de família. Para o autor,

a contrapartida desse distanciamento entre família de fato e aquela dos modelos eclesiásticos foi uma postura diferenciada em relação à morte infantil quando comparamos as regulamentações eclesiásticas e os testemunhos mais diretamente relacionados às práticas e concepções relativas à população leiga (p. 70).

Como a documentação delimitava o período da infância, dentro de que limites a infância é considerada como tal? A documentação eclesiástica situa o limite etário da infância aos sete anos e a de perfil mais laico entre doze e quatorze anos. Mesmo estabelecendo duas idades chave, a distinção entre adulto e criança é mantida nas práticas fúnebres.

Aos sete anos de idade, a criança até então circunscrita no âmbito doméstico ingressava no mundo do trabalho, principalmente a escrava e a exposta; o destino dos filhos da elite eram as instituições sociais. Para a sociedade, com o uso da razão que chegava aos sete anos, a criança adquiria a malícia, isto é, a capacidade de distinguir o bem e o mal, tanto que podia se confessar e ser crismada. A idade dos doze aos quatorze anos sinalizava o término do processo de socialização, a maturidade sexual e produtiva e a responsabilidade penal, principalmente para os escravos. Igreja e Estado facultavam o matrimônio.

Os viajantes do século XIX se assustaram com as práticas rituais fúnebres que envolviam as crianças mortas: “*pouca gravidade (manifestada por uma ausência de cauções espirituais e por uma permissividade por parte da Igreja), exacerbamento e festividade (estas últimas sendo o modo leigo de compor esse quadro de pouca gravidade*” (p. 101).

As fontes apontam para a ausência de legislação eclesiástica com relação às práticas fúnebres para crianças. A explicação dessa atitude está numa compreensão específica da morte e da infância. A mudança na compreensão da morte ocorrida entre o século XI e XII tornou o momento da passagem decisivo, pois a alma seria julgada imediatamente após a morte. Daí, a necessidade de preparar-se adequadamente. Entre as providências a serem tomadas pode-se enumerar a elaboração do testamento e a recepção dos sacramentos. Os Manuais de Bem Morrer e as *Constituições Primeiras da Bahia* instruíam bem os clérigos para ajudarem os fiéis no momento derradeiro¹.

As crianças, por sua natureza, não precisavam desses cuidados, mas não estavam desguarnecidas, pois o sacramento do batismo lhes garantia a salvação. Tanto o discurso eclesiástico quanto o médico orientavam como proceder em caso de partos complicados.

A caminho do Além

O primeiro cuidado após a morte era preparar o corpo para ser velado: este deveria estar vestido com a roupa certa. Daí, a importância dada às mortalhas, em geral branca para as crianças, a cor dos mártires, da inocência, da pureza virginal e da alegria. A cor branca era também a preferida dos escravos. A mortalha dos adultos era preta ou roxa.

Pode-se enumerar outros cuidados como maquiar o corpo, preparar a coroa, a toalha de renda – disposta entre o corpo e o suporte – e o caixão, a princípio alugado, depois adquirido pelos familiares. Todas as fontes constataam um progressivo enriquecimento do material usado nas práticas fúnebres, o que reflete o enriquecimento crescente das duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, e a incorporação de novos hábitos por parte da população.

O cortejo fúnebre de crianças, realizado durante o dia, contava com uma intensa participação das mulheres, fato revelador dos sentimentos familiares. No caso dos filhos ou parentes dos membros das irmandades, a procissão fúnebre era acompanhada pelos irmãos. Nos ornamentos utilizava-se frequentemente a cor vermelha para as crianças e azul para os jovens. Com os cemitérios extramuros, o féretro levado em carro puxado por cavalos deixou de passar pela igreja e o cortejo, que antes seguia a pé, passou a ser também acompanhado de carro. Constata-se,

¹ Para ampliar as informações sobre os Manuais de Bem Morrer, ver RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. O mais célebre deles, em Portugal, é o do jesuíta Estevan de Castro, intitulado *O Breve aparelho e modo fácil para ensinar o bem morrer a um cristão*, publicado pela primeira vez em 1621.

pois, um deslocamento, de uma festiva e exagerada superexposição da criança morta, para um afastamento gradual do corpo em relação ao público.

Um costume iniciado no século XIII que perdurou até a segunda metade do século XIX era o de enterrar adultos e crianças “ad sanctus”. A função do enterro “ad sanctus” era dupla, facilitar a salvação e lembrar aos vivos da morte e da necessidade de se preparar para uma boa morte e se lembrar dos mortos.

O saber médico e a interferência do Estado forçarão modificações drásticas no modo de enterramento. Os enterros passam a serem realizados não só fora da Igreja, como fora dos limites da cidade nos cemitérios extramuros. Já “em 1828, um decreto imperial ordena às câmaras municipais que regulamentassem sobre as práticas funerárias, em especial, que promovessem a construção de novos cemitérios, que atendessem aos preceitos higienistas” (p. 189)².

A construção dos cemitérios extramuros, ao dificultar o contato físico, gera dois tipos de distanciamento com relação à morte: o da separação entre os mortos e dos vivos com os mortos. São significativas, também, as mudanças no artefato tumular de 1850 a 1902 - aos túmulos monumentais seguiram-se os túmulos pobres. O período é marcado pela ausência de túmulos de crianças, que não tinham conquistado um espaço nos cemitérios.

No final do século XIX, a produção escultória tumular, ao exaltar os sentimentos familiares e o pesar da família, sinalizava para uma nova forma de se ver a morte, mesclando duas temporalidades, a nova com a da tradição. Os cuidados rituais com os defuntos não cessam com o enterro; os vivos têm ainda que realizar determinados atos para que os mortos cheguem ao seu destino final em paz. Entre eles pode-se enumerar o luto, as orações e as missas. Práticas que não eram necessárias para as crianças mortas, o que não quer dizer que eram esquecidas. A “caixa das almas”, que recolhia dinheiro para celebrar missas pelas almas de adultos e crianças, é a manifestação mais clara do não esquecimento das crianças mortas.

Gradualmente, a criança morta conquistou maior espaço na memória dos vivos. Corroboram para que isto acontecesse a valorização da família nuclear, as novas necrópoles e a fotografia. A fotografia deixa transparecer como a morte da criança era vista: “... agora não se trata mais de preparar o defunto [criança] de forma que, visível a todos, manifeste o novo estatuto da criança, e sim de celebrar os valiosos sentimentos familiares” (p. 208).

² Para uma visão mais ampla dos problemas relacionados com os sepultamentos na cidade do Rio de Janeiro, ver, PEREIRA, Julio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond,/IPHAN, 2007. Pereira apresenta-nos uma das facetas mais cruéis do escravismo brasileiro, não dar um sepultura digna aos escravos novos que morriam antes de ser comercializados.

O discurso religioso e leigo sobre a morte

O discurso da Igreja acerca da morte infantil se faz presente nos manuais e compêndios eclesiásticos, que relembram a necessidade do batismo para a salvação espiritual das crianças e adultos. A responsabilidade dos pais de levar seus filhos para pia batismal é muito enfatizada pela Igreja, pois a criança que morre após o batismo se salva, enquanto a que morre sem batismo vai para o limbo.

Apesar da clara orientação doutrinal, nota-se certa complacência da Igreja, em especial da Igreja do Brasil, para com a falta do batismo, o que reflete a impossibilidade de ministrá-lo e um desinteresse para com a criança, colocada em segundo plano. Diante desse dado, o autor se pergunta: *“nesse contexto, não é mais apropriado um discurso menos definitivo sobre a questão das crianças que morriam sem batismo, uma vez que isto devia ser bastante frequente?”* (p. 232).

Já as representações leigas da morte infantil ora se aproximavam do discurso eclesiástico, ora se distanciavam. Tanto para os leigos quanto para a Igreja, a criança que morre se salva facilmente. Na associação da criança morta com as imagens dos anjos, do mártir e do menino Jesus, pode-se constatar a distancia entre as representações dos leigos e da Igreja. A morte infantil não era motivo de júbilo, como pensavam alguns viajantes (John Luccok). Na verdade, só na segunda metade do século XIX os sentimentos pela perda prematura das crianças passam a ser expressos publicamente. As epígrafes tumulares, a literatura de Álvares de Azevedo e de Alberto de Oliveira testemunham as mudanças ocorridas. Nas palavras do autor: *“em resumo, estamos diante, nas últimas décadas do século XIX, de uma nova representação da morte menina - evento agora eminentemente grave e negativo como jamais fora - à qual cabe a ela a celebração dos recém-valorizados sentimentos familiares”* (p. 255).

Outro dado a ser lembrado é o papel ativo da criança, que no céu, como mediadora, ajudará os pais a se salvarem; na terra ela corrobora na manutenção da fé cristã, estratégia muito utilizada na catequese. Visão que traz em seu bojo concepções escatológicas de uma catolicismo bastante antigo.

Quanto à visão da classe médica, que contribuiu decisivamente para a consolidação do Estado Imperial ao ampliar o poder de controle deste sobre a população, o discurso sobre a morte-menina ocorrerá com as discussões acerca das intervenções cirúrgicas, do infanticídio e da mortalidade infantil.

O discurso médico defende a exclusividade da prática médica, condenando o charlatanismo e insistindo na profissionalização da medicina. As teses que tratam da intervenção médica ora se distanciam da posição da Igreja, ora se deixam influenciar por ela. Até 1852 não se encontram discursos favoráveis a embriotomia (dissecação do feto em um parto difícil); após esta data constata-se uma mudança:

o aborto passa a ser visto de forma mais positiva e a morte infantil não é equiparada à morte adulta. Nas teses, nota-se o cuidado de distinguir entre o “aborto terapêutico” e o praticado na “medicina subterrânea”.

No entanto, tanto os médicos que se opõem a ele, como os que são contra, recorrem a argumentos religiosos, como ao mandamento de não matar e a impossibilidade de salvar a alma do feto. A visão dos médicos que defendem o aborto com relação à morte e à morte infantil é tradicional, visto que apelam para o batismo do feto “in extremis”. Após 1870, as concepções tradicionais de morte infantil não se fazem mais presentes nas considerações médicas.

A incipiente medicina social tem no discurso médico um promotor - este deixa de lado as preocupações escatológicas e passa a defender o direito à vida da mãe. Para o autor, ocorre uma desvalorização do feto - ele não é portador de traços humanos, tem poucas possibilidades de evoluir. Essa visão legitima o aborto em gestações e partos de alto risco. “*Como se vê, agora já não funciona mais recorrer a questões relativas à salvação espiritual da criança que, tantas vezes, implicaram no sacrifício da mãe*” (p. 288).

A visão médica, ao ampliar sua presença, entra em choque com a visão tradicional da morte infantil, recorrendo a todos os meios para quebrar as representações tradicionais. A teoria higienista, com a “teoria dos miasmas”, isola a morte e incentiva a criação dos cemitérios, bem como fomenta o amor da família e, por meio dela, o amor à nação.

Muda-se, assim, o modo de ver e compreender a morte infantil; os pais e o Estado são responsáveis, a morte não é sinal de uma promessa futura, mas da incompetência dos pais e do Estado. Para descrever esse deslocamento, Vailati recorre a Jurandir Freire, que afirma: “*a criança morta deixou de ser um vetor de esperança religiosa para os pais para tornar-se um libelo contra o sistema familiar por eles mantido*” (p. 297)³.

Se antes era negada à família expressar sua dor em público, agora pode externá-la nos cemitérios onde a Pátria enterra seus heróis. Tanto o discurso médico quanto o Estado pedem a contribuição da família na construção da futura nação.

Realces

A morte se apresenta à consciência humana como uma realidade natural, inevitável, violenta e catastrófica impossível de ser definida, pois como um mistério envolve o ser humano. Em *A morte menina*, Luiz Lima Vailati focaliza a morte infantil e pergunta pelas práticas e representações da mesma no oitocentos nas

³ Cf. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

idades do Rio de Janeiro e de São Paulo. O resultado da pesquisa é um painel minucioso, fruto do cruzamento de práticas e representações dos leigos, dos eclesiásticos e dos médicos.

O autor, ao acompanhar o gestual que envolve a morte infantil, o cortejo fúnebre, o enterro e as práticas que se seguem a ele, revela o lento e gradual processo de secularização que se instalou na sociedade brasileira do oitocentos. Por vários séculos, a Igreja católica se apropriou da morte; agora, é o Estado que, gradualmente, se apropria dela.

Outro dado que chama a atenção do leitor é o de que questões que ainda hoje estão na agenda da Nação já eram discutidas no oitocentos, misturando o público e o privado, o religioso e o político. Pode-se notar ainda, que as práticas e representações diante da morte acabam por desnudar diretamente a condição da população do oitocentos, que presente sua presença iminente por inúmeras razões e indiretamente acaba por lembrar ao leitor que, também ele, vive num espaço de tempo limitado.

A clareza da formulação inicial do problema central da pesquisa e a estrutura dinâmica receptora dos dados levantados pela pesquisa bibliográfica fazem a riqueza desse livro instigante pelo que revela, pela reflexão cuidadosa, perspicaz e profunda.

Certamente será reeditado - o tema tratado e a qualidade da pesquisa sinalizam para uma segunda edição. Mas uma futura edição pede uma revisão gráfica muito cuidadosa. Quem acompanha a produção da Alameda Casa Editorial, sempre tão cuidadosa, se pergunta: como foi possível uma publicação com tantos erros ortográficos? No entanto, os interessados no tema, cientes do problema, não devem esperar uma segunda edição. A leitura pode ganhar uma densidade e uma intensidade maior se tiver presente um dos celebres aforismos de Antônio Vieira: “Deus deu vida a Adão com um sopro, porque a vida humana é vento!”

*Ênio José da Costa Brito**

Recebido: 15/10/2012

Aprovado: 04/12/2012

* Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, contato: brbrito@uol.com.br